

Crise do trabalho na Europa Ocidental

Crise da sociedade, crise da educação

Angelina Peralva

Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense

Trabalho apresentado na XVII Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, outubro de 1995.

A crise do trabalho

Durante trinta anos, desde o pós-guerra até a década de 70, a Europa viveu um período excepcional de crescimento econômico e pleno emprego. Os historiadores referem-se aos *trinta anos gloriosos*. Há vinte, o tema do desemprego vem ganhando terreno. De início, discretamente e sob formas que o apontavam como uma simples alteração de conjuntura.

No imediato segundo pós-guerra, a imigração foi proclamada imperativo econômico para a retomada do desenvolvimento. Braços eram necessários — e braços com baixos níveis de qualificação. A reversão desse processo data do início dos anos 70. O fechamento das fronteiras ocorreu, na Alemanha, em 1973, sob o impacto da crise do petróleo. Na França essas medidas só seriam tomadas no ano seguinte, e consideradas como provisórias, em função de uma crise econômica entendida naquele momento como conjuntural.

A temática do desemprego estrutural é relativamente recente. Até o fim dos anos 80, o projeto de unificação européia esteve marcado por um tom

de otimismo. Tratava-se, com a criação de um grande mercado, de multiplicar a capacidade de crescimento de cada país isolado, multiplicando-se simultaneamente a capacidade de produzir bem-estar social. É possível inferir que a unificação européia acelerou a crise, na medida em que impôs a todos os países parâmetros globais de produtividade e, derrubando barreiras alfandegárias, incrementou a concorrência entre eles.

Mas a capacidade de administrar a crise também pesou nos destinos de cada um. Na Alemanha, um sindicalismo forte mostrou-se, durante longo tempo, capaz de *compatibilizar* um processo progressivo e lento de modernização econômica com uma política de reciclagem dos trabalhadores e geração de novos empregos em setores econômicos de produtividade mais baixa.

Na França, o sindicalismo foi derrubado pela modernização. À política implementada pelo governo socialista de François Mitterrand, de implantação de uma moeda forte e liquidação dos setores mais atrasados da economia, os sindicatos opuseram uma resistência puramente ideológica. Na prá-

tica, mostraram-se incapazes de se adaptar aos novos tempos, criando um vácuo de alternativas, preenchido com sucesso pela extrema direita parlamentar.

Vácuo de alternativas que liquidaria em seguida o próprio governo socialista. Às vésperas das eleições legislativas de 1993, em que a direita tradicional (gaullistas e liberais somados) recuperou a maioria no Congresso, o então ministro da Economia, Pierre Bérégovoy, fez uma penitência pública diante das câmeras da televisão, declarando que o governo havia-se enganado em suas previsões sobre o desemprego. Havia apostado que a retomada do crescimento econômico geraria novos empregos, em quantidade suficiente para compensar aqueles que haviam sido liquidados. Isso não era verdade. A questão do trabalho demandava um tratamento inteiramente diverso.

Pierre Bérégovoy não viveu para dizer que tratamento era esse. O antigo ferroviário, filho de imigrantes, detentor de um simples certificado de estudos primários, autodidata que, sem jamais ter sentado nos bancos de uma universidade, tornou-se ministro da Economia da França, suicidou-se no dia 1º de maio daquele mesmo ano, envolvido no escândalo da compra, com financiamento duvidoso, de um apartamento em um bairro elegante de Paris.

Desde então, apesar do agravamento da crise, tanto à direita quanto à esquerda, o discurso dos partidos sobre a questão do desemprego não sofreu modificações substanciais. Às vésperas das eleições presidenciais de 1995, a paralisia é total.

Se faltam respostas políticas e alternativas claras para esse problema é porque qualquer resposta implica passos rumo ao desconhecido. Até aqui, os diferentes partidos têm preferido deixar como está para ver como fica. Qualquer outra atitude implica decisões que envolvem a liquidação de um modelo (que, em suas grandes linhas, pode ser designado como social-democrata) aceito como satisfatório, tanto pela direita quanto pela esquerda. Esse é um ponto importante, porque ele define o significado da crise. Esta não se configura a partir de uma incapacidade da economia em gerar trabalho,

mas a partir da ausência de vontade política para produzir as respostas que a situação impõe.

Uma sociedade em mutação

Se há hoje um tema na Europa que se pode considerar como verdadeiramente consensual, esse é certamente o tema da mutação societal — a consciência de que as sociedades industriais estão atravessando um momento de transformações profundas e irreversíveis, com implicações extremamente importantes não apenas do ponto de vista econômico, mas também do ponto de vista da transformação dos modelos de integração social.

A consciência dessas transformações faz pouco invadiu a mídia, mas é menos recente nos meios intelectuais. No plano da análise econômica, é possível remontar aos anos 50, com algumas reflexões importantes sobre o tema do capitalismo monopolista, tanto pela via da análise marxista, como de uma perspectiva liberal. Nos anos 60, a sociologia aponta o tema da sociedade pós-industrial. Em *La société post-industrielle*, livro publicado em 1969, Alain Touraine indica que a sociedade pós-industrial diferencia-se claramente da sociedade industrial. Ao passo que esta baseia sua dinâmica de desenvolvimento na organização do trabalho, a sociedade pós-industrial mobiliza conhecimento e recursos culturais. Touraine dedicaria em seguida vários anos de sua vida a uma investigação sobre os *novos* movimentos sociais — estudantes, mulheres ou ecologistas estavam destinados, pensava ele, a ser os atores centrais dessa sociedade pós-industrial emergente, nela ocupando um lugar da mesma importância que aquele que fora ocupado pelo movimento operário na sociedade industrial.

Alguns anos mais tarde, em um artigo famoso, Claus Offe constatava a redução da importância do trabalho na definição dos estilos de vida:

O fato de uma pessoa “trabalhar”, no sentido formal de estar “empregada”, tem sido aplicado a um segmento sempre crescente da população. Não obstante, este fato tem cada vez menor relevância para o conteúdo da atividade social, a percepção de interes-

ses, o estilo de vida etc. Descobrir que alguém é um ‘empregado’ é muito surpreendente e não muito informativo, uma vez que a expansão relativa do trabalho assalariado coincide com sua diferenciação interna (Offe, 1989, p. 8-9).

Em uma grande pesquisa nacional sobre o sindicalismo francês, realizada com a colaboração das grandes centrais sindicais socialista e comunista, a CFDT e a CGT, e publicada em 1988, Alain Touraine e sua equipe mostram o quanto essas transformações afetam o sindicalismo e, de certa maneira, inviabilizam a formação de um *movimento* operário (Touraine et al., 1988). Suas conclusões se aproximam das de Claus Offe: “Estes sintomas abrem a possibilidade de o trabalho se ter tornado ‘abstrato’, num certo sentido, de modo a ser considerado apenas uma categoria estatística descritiva e não uma categoria analítica para se explicar estruturas, conflitos e ações sociais” (Offe, 1989, p. 9). Em outras palavras: o que definia a centralidade do movimento operário era a consciência do trabalhador de ser um *produtor* da sociedade e a centralidade do trabalho industrial nessa *produção*. No momento em que essa centralidade se desloca, desloca-se também o campo de constituição dos conflitos sociais e dos atores desses conflitos.

As previsões de Alain Touraine sobre o destino histórico dos novos movimentos sociais aparentemente não se confirmaram. Os anos 80 foram marcados por um processo generalizado de decomposição das diferentes formas de ação coletiva que se haviam manifestado nos anos anteriores no continente europeu. O tema da crise veio substituir o otimismo anterior.

Por outro lado — visto retrospectivamente —, o que há de mais interessante, talvez, no texto de Offe é o fato de que diagnostica uma generalização e uma indiferenciação do trabalho sob a sua forma assalariada no momento mesmo em que essa forma assalariada parece em vias de desaparecer. Nos últimos anos, o debate sobre a mutação societal ganhou contornos novos, sob dois aspectos principais: primeiro, no campo econômico, mediante a formu-

lação da idéia de que é preciso sair *da sociedade assalariada*; segundo, no plano da análise sociológica, mediante a idéia de que há novos padrões de sociabilidade emergentes, distintos daqueles que foram próprios da sociedade industrial, e que parecem definir os termos da integração social típicos de uma sociedade pós-*industrial* ou *de consumo*. Apesar da enorme relevância do segundo tema para o sociólogo, limitar-me-ei a tratar aqui do primeiro.¹

Sair da sociedade assalariada

Os ecologistas foram provavelmente os primeiros a falar em *divisão do tempo de trabalho*, mas suas idéias não vingaram, provavelmente porque, até há uma data muito recente, a convicção dominante era de que a retomada do desenvolvimento econômico relançaria as taxas de emprego. Hoje essa convicção se inverteu, por dois motivos: primeiro, os indicadores econômicos apontam transformações irreversíveis na estrutura do mercado de trabalho; segundo, essas transformações já se constituíram como categorias concretas da experiência dos jovens — isto é, aquela parte da população que nasceu sob o signo da sociedade pós-industrial e para quem, portanto, as categorias de referência da sociedade industrial são completamente desprovidas de significado.

Do ponto de vista da estrutura do mercado de trabalho, as duas modificações mais significativas são, sem dúvida, o crescimento do trabalho *tempo-*

¹ Um dos trabalhos mais interessantes que conheço, sobre esse segundo tema, é o livro de Gilles Lipovetsky *Le crépuscule du devoir. L'éthique indolore des nouveaux temps démocratiques* (1992). O que Lipovetsky mostra nesse livro é como a entrada em uma sociedade de consumo, por definição fortemente individualizada, acarreta a decomposição de todo um sistema normativo estreitamente imbricado em um universo em que o trabalho ocupava um lugar central; mas ele mostra também de que modo, nesse mundo extremamente individualizado, que é o nosso, novos imperativos se reconstróem, bem como novas regras do jogo.

² Sobre o caso brasileiro, ver, por exemplo, Gonçalves, 1994.

rário² e do trabalho em *tempo parcial*. Sobre o trabalho em tempo parcial, diz Yoland Bresson:

Em dez anos, o tempo parcial progrediu, ele diz respeito, na França, em 1992, a 2,8 milhões de ativos, dos quais 85% de mulheres, contra 2 milhões em 1982. Podemos mesmo afirmar que é o emprego em tempo parcial que sustenta o nível de emprego desde 1982. Em 1991, as criações de emprego em tempo parcial compensaram as supressões de emprego. Entretanto, com cerca de 12% do emprego total em tempo parcial, a França ainda está longe de outros países comparáveis [...], longe dos 31,8% da Holanda. (Bresson, 1994, p. 69).

André Gorz agrega argumentos na mesma direção:

O núcleo estável dos “permanentes” reduz-se incessantemente enquanto a proporção de temporários, precários e em tempo parcial aumenta. Um estudo do Instituto de pesquisas dos sindicatos alemães (WSI) prognosticava já em 1986 que os empregos ditos “anormais” se tornariam majoritários durante os anos 90. Esse prognóstico está-se verificando. No início de 1993, mais de 90% dos empregos criados nos Estados Unidos eram temporários e em tempo parcial. As quinhentas maiores firmas americanas já não empregam mais do que 10% de assalariados permanentes e em tempo integral. A substituição dos “permanentes” por pessoal temporário, com tempo e salário reduzidos é tão rápida que a massa dos salários distribuídos por empresas privadas americanas terá diminuído, no final de 1993, de 30% com relação a 1992. (Gorz, 1994)

Não se trata portanto apenas de altas taxas de desemprego³; (nem mesmo de um simples problema de desemprego estrutural, induzido por um novo padrão de desenvolvimento tecnológico, que hoje

³ Segundo o Ofício estatístico das Comunidades europeias, eram os seguintes os índices de desemprego em quatro países da Europa, em maio de 1994. Alemanha (excluída a antiga RDA): 6,3%; França: 10,3%; Grã-Bretanha: 9,7%; Itália: 11,6%. Cf. *Le Monde*, 19 de julho de 1994.

estaria atingindo diretamente o setor de serviços — até aqui relativamente poupado ante o incremento dos índices de produtividade na indústria. Trata-se sim de uma mutação irreversível, que pode ser resumida, nos termos de Gorz, segundo três características: 1) O sistema econômico produz um volume crescente de riquezas com uma quantidade decrescente de trabalho; 2) as economias de trabalho não se devem apenas à informatização e à robotização, mas também a uma gestão mais fina e flexível dos efetivos, capaz de recorrer à flexibilidade e à flexibilidade numérica; 3) o núcleo estável dos permanentes não pára de diminuir, enquanto cresce a proporção de temporários, precários e trabalhadores em tempo parcial. (Gorz, 1994, p. 13).

Que respostas se delineiam — sobretudo no plano do debate intelectual, posto que os atores políticos se mantêm em estado de paralisia relativa — para fazer frente a essa mutação?

Uma primeira se inspira certamente no *thatcherismo* inglês e supõe um debilitamento sistemático do Estado de bem-estar social e a redução dos encargos patronais sobre os salários. Essa resposta se beneficia hoje de um apelo positivo, na medida em que a Grã-Bretanha parece estar ingressando numa conjuntura econômica mais favorável, acompanhada de uma redução significativa do índice de desemprego.⁴ Em contrapartida, o crescimento da pobreza é reconhecido como fato indiscutível pelas estatísticas oficiais: “um quarto das famílias e cerca de uma em cada três crianças vivem na pobreza”.⁵

Essa constatação tem implicações importantes, porque de certa maneira sela o fim de um contrato social consolidado no segundo pós-guerra, no contexto da guerra fria. Mas a solução britânica está

⁴ Dos quatro países citados, a Grã-Bretanha é o único onde a taxa de desemprego caiu durante o último ano. Ela era de 10,4% e passou a 9,7%, entre maio de 1993 e maio de 1994. Cf. *Le Monde*, 19 de julho de 1994.

⁵ Cf. “Households below average income”, Governmental Statistical Service. Apud Gherardi e Herzlich, 1994.

longe de ser rapidamente adotada no continente. Por razões diferentes — mas por quanto tempo? — a França e a Alemanha resistem em adotar um modelo neoliberal. A França, porque historicamente construiu seu modelo de democracia apoiada nas funções redistributivas de um Estado forte; a Alemanha, porque soube — apesar das transformações profundas que apontamos — preservar um sindicalismo também forte e negociador.

Uma segunda resposta inspira-se no exemplo de países que conseguiram compatibilizar um processo de intensa modernização tecnológica com baixos índices de desemprego. É o caso do Japão e era o caso da Alemanha, até o momento da reunificação. Nos dois países, a chave do sucesso consistiu em preservar — sobretudo no setor terciário da economia — bolsões de trabalho com baixos níveis de produtividade. A França, ao contrário, por ter sofrido um processo de modernização tecnológica acelerado, não teve essa preocupação, alcançando assim taxas de produtividade superiores às da Alemanha e do Japão.⁶ Isso não a impede hoje de considerar a hipótese de uma volta atrás, que reintroduziria no mercado ofícios e profissões que a modernização tecnológica fez desaparecer: suprimindo o sistema do auto-serviço nos postos de gasolina ou reintroduzindo a figura do perfurador de bilhetes na entrada do metrô, só para mencionar alguns dos exemplos mais constantemente citados. Evidentemente, uma solução desse tipo não pode ser senão paliativa. Ela traz implícita a idéia de uma divisão do desemprego.

A terceira resposta aponta uma redução substancial do tempo de trabalho, com supostas conseqüências do ponto de vista de uma melhor partilha da carga de trabalho assalariado disponível em cada sociedade, para um dado padrão de desenvolvimento tecnológico. É menos uma resposta acabada do que uma grande tendência no debate atual. Também não é uma resposta simples, porque corre o risco de trazer no seu bojo conseqüências indesejáveis para a economia de mercado.

⁶ Cf. Coriat e Rosanvallon, 1993.

A primeira conseqüência é que uma redistribuição do trabalho, nas atuais condições, envolveria uma redução da renda e, portanto, afetaria o cerne da dinâmica econômica, isto é, a capacidade de consumo de cada sociedade. “Na lógica de uma política de redistribuição”, argumenta Gorz,

a renda, em princípio, não deve diminuir com o tempo de trabalho. Quando um menor volume de trabalho basta para produzir um mesmo volume de riquezas, nada, em princípio, se opõe a que cada um receba por um trabalho menor uma parte constante da riqueza produzida. A redução da renda só se torna necessária se, para reabsorver um desemprego preexistente, o volume global de trabalho deve ser repartido sobre um número muito maior de ativos por meio de uma redução maciça e relativamente rápida da sua duração. É *nessa situação excepcional que nós nos encontramos atualmente*. (Gorz, 1994, p. 14).

Gorz, como todos aqueles que defendem hoje uma redução substancial do tempo de trabalho, pensa que há políticas transitórias suscetíveis de permitir fazer frente a esses inconvenientes. Mas elas supõem, por parte do Estado, uma lógica fortemente intervencionista e contrária, portanto, à lógica neoliberal. Trata-se, por um lado, de organizar globalmente a redução maciça do tempo de trabalho em um prazo de três a quatro anos, e de compensar a redução da renda com um “segundo cheque”, garantido pelo Estado e capaz de assegurar uma “renda contínua para um trabalho descontínuo.” (Idem, p. 16).

A quarta e última resposta é aquela formulada pelos partidários de uma *renda mínima de existência*. Em defesa desse projeto, Yoland Bresson parte da premissa de uma mutação que não é apenas econômica, mas que envolve a sociedade do ponto de vista de sua dinâmica global de desenvolvimento. “Nós vencemos a carência. Nós agora produzimos tudo em excesso. É esse sucesso que anuncia o fim do trabalho assalariado”, diz ele. “[...] O medo de que as coisas falem, essa obsessão ancestral da humanidade que fundou o reino da quantidade, já está distante de nós. Vivemos a era de uma

busca cada vez mais intensa de qualidade. Já não satisfazemos necessidades e sim desejos.” (Bresson, 1994, p. 13).

Essa transformação, fundamental, supõe também alterações na própria definição do capital: “O capital humano é [...] todo o saber, toda a imaginação, todas as idéias, todo o imaterial em torno do objeto ou do serviço oferecido. O trabalho primário, repetitivo, uniforme, em contato com a máquina é cada vez mais substituído pelo robô.” (Idem, p. 13). Nesse sentido, pensam os defensores desse projeto, uma nova liberdade deve ser conquistada por cada um: o controle sobre o seu próprio tempo. “(Como imaginar, com efeito, que com 39 horas por semana, durante 47 semanas por ano, em horários fixos, a inteligência seja permanentemente capaz de produzir idéias novas?).” (Idem, p. 15).

O projeto supõe que cada indivíduo deverá beneficiar-se de uma renda estruturalmente dividida em duas partes: a renda mínima de existência e a renda derivada de suas atividades econômicas concretas.

Cada indivíduo, porque existe, é um potencial de intercâmbio de tempo, quaisquer que sejam sua idade, seu sexo, sua profissão, quer trabalhe ou não, deve receber uma renda de existência. A renda de existência é assim concedida a todos, incondicionalmente, e cumulável com rendas por atividades, sejam quais forem suas formas. (Idem, p. 15).

A objeção principal a um projeto dessa natureza é que sobre ele paira a sombra de Speenhamland,⁷ e o risco de uma paralisia do mercado de trabalho. Bresson, no entanto, argumenta que a renda de existência não é um salário mínimo. Em primeiro lugar, trata-se de uma renda concedida “não para existir, mas porque se existe, porque se é reconhecido como membro da comunidade, e que se é suscetível, potencialmente, de engendrar intercâm-

⁷Do nome do distrito inglês, ao qual Karl Polanyi faz menção, e que, por ter instituído, em meio à revolução industrial, uma renda obrigatória de proteção para os pobres, gerou efeitos nefastos sobre a economia de mercado, contribuindo para uma generalização da pobreza. Cf. Polanyi, 1983.

bios de tempo, participando portanto do processo de criação de riquezas.” (Idem, p. 54). Em segundo lugar, a renda mínima de existência não corresponde a um montante fixo, mas sim variável, calculando em função da produtividade de cada sociedade dada e do volume de sua produção global:

quanto mais os indivíduos desenvolverem novas atividades, mais os recursos aumentarão e maior será a renda de existência. Mas se por acaso a renda de existência viesse a engendrar uma preguiça coletiva, ela própria se reduziria e essa redução afetaria sobretudo aqueles que se tivessem contentado exclusivamente da renda de existência, sem completá-la com outras rendas de atividade. (Idem, p. 101).

Enquanto as respostas não vêm

O maior obstáculo à operacionalização de qualquer uma dessas respostas parece ser, conforme indiquei, a ausência de vontade política para assumir os riscos de um projeto que introduz variáveis cujos efeitos concretos são, *a priori*, de prognóstico difícil. A característica principal do projeto social-democrata que vingou amplamente na Europa do segundo pós-guerra é que ele permitiu — pela via do Estado e do sindicalismo — uma ressociação do mercado, isto é, a compatibilização eficiente entre economia de mercado e políticas sociais. Hoje, claro está que um novo contrato social precisará ser firmado, em bases novas, mas preservando a tensão entre essas duas lógicas: nem o puro jogo livre do mercado, tal como o pregam as teses neoliberais, nem a miragem de um intervencionismo estatal indesejável, como aquele que foi produzido pelo extinto bloco comunista.

As condições para que uma resposta política possa firmar-se não estão completamente dadas. Vivemos ainda, em grande medida, o refluxo da ação coletiva e dos movimentos sociais do passado, enquanto que novos movimentos ainda não se constituíram para alimentar o sistema político com idéias e reivindicações apropriadas ao momento atual. Nesse sentido o panorama sócio-político ain-

da é amplamente dominado pela crise. É a crise que explica as tendências sombrias, que se manifestam por meio do fortalecimento de uma extrema-direita racista e anti-semita; é a crise que explica o enraizamento social de um racismo diferencialista, que cristaliza na figura do estrangeiro diferenças culturais insuperáveis, para justificar que ele seja objeto das piores violências.

Também a escola se encontra em crise. Um dos indicadores mais importantes é a generalização dos fenômenos de violência envolvendo os jovens e as instituições escolares. Na França, o Institut des Hautes Etudes de la Sécurité Intérieure, um órgão de pesquisas vinculado ao Ministério do Interior, publicou este ano um número especial de sua revista consagrado ao tema da violência na escola.⁸ O Ministério do Interior, junto com o Ministério da Educação, está lançando um programa de pesquisas sobre esse tema, considerado em suas dimensões atuais como um tema recente e pouco elucidado. Na Alemanha, 70% dos atos de violência racial cometidos contra estrangeiros a partir de 1991 o são por jovens de menos de 20 anos; só 3%, por adultos de mais de 30 anos.⁹

O caso alemão e o francês são diferentes, mas por vias diversas conduzem a impasses semelhantes. Na Alemanha, a crise afeta sobretudo os jovens egressos de um sistema de formação profissional, cujos modelos de socialização parecem ter-se tornado inadequados, face aos requisitos de uma sociedade de consumo altamente individualizada. Os sindicatos e uma boa parte da sociedade alemã hesitam em liquidar esse sistema, ao passo que a Alemanha começa a ingressar lentamente em um modelo de ensino superior de massa, que já está em crise em outros lugares.

A França, mediante o projeto socialista, investiu amplamente nos últimos anos em uma intensificação da democratização da escola, oferecendo

aos jovens a perspectiva de uma carreira escolar longa como estratégia de proteção contra o desemprego. Descrevi as grandes linhas dessa política em um artigo publicado em 1992.¹⁰ Ali eu registrava, por exemplo, o diagnóstico do governo francês de que o mercado de trabalho já era, no início dos anos 90, capaz de absorver o dobro do número de engenheiros que a França formava anualmente. Hoje ninguém mais acredita nisso. A escola paradoxalmente intensificou sua vontade de oferecer uma formação competitiva e uma escolaridade longa a contingentes maiores da população jovem, exatamente num momento em que o mercado de trabalho já não consegue dar respostas funcionais a esses novos contingentes em formação. Entre os países industrializados, é ela que oferece os maiores índices de escolarização da população na faixa dos 16 aos 25 anos: 63,2% — contra 54,6% no Japão, 44,2% na Alemanha, 33,7% nos Estados Unidos, 50,5% na Itália e 59% na Espanha.¹¹

As condutas de crise e violência que hoje afetam a instituição escolar são inseparáveis desse processo de democratização, que ocorre num momento de retração do mercado de trabalho.¹² Mas a violência juvenil não tem *apenas* esse significado. Os jovens se reaproximam lentamente da política. Nas eleições para o parlamento europeu, realizadas este ano, os índices de redução do abstencionismo juvenil (eleitores entre 18 e 25 anos) foram muito superiores àqueles observados nas outras faixas etárias. Desde 1990, as grandes manifestações coletivas realizadas no âmbito nacional têm sido iniciativa dos jovens (secundaristas em 1990; universitários em 1994).

Aquilo que não *passa* por meio da negociação *passa* por meio da violência. Desde 1990, instituiu-se nas manifestações de estudantes franceses a figura do *casseur*, uma espécie de agente do quebra-quebra. São grupos debilmente constituídos, grupos de

⁸ Cf. Institut des Hautes Études de la Sécurité Intérieure, 1994.

⁹ Cf. Peralva, 1994.

¹⁰ Cf. Peralva, 1992.

¹¹ Cf. *Le Monde de l'éducation*, 1994.

¹² Cf. Ballion, Robert, 1994, e Dubet, 1994.

proximidade, dotados de extrema mobilidade. Investem contra vitrines de lojas de departamentos (a C&A foi a principal vítima em 1990), ou contra certos templos do consumo, e realizam atos de pilhagem — mas às vezes apenas quebram. Diante desses grupos, o sociólogo é triplamente interpelado: primeiro ele reconhece que a *casse* (o quebra-quebra) sempre ocorre no bojo de uma manifestação política, mas à margem dela. Isso significa provavelmente que se trata de uma maneira de expressar um significado político por meio de categorias infra-políticas. Segundo, as condutas oscilam entre a anomalia, no sentido de Merton — *eu me aproprio por meios ilegítimos daquilo que não posso adquirir por meios legítimos* — inscrevendo-se numa lógica de frustração relativa; e a expressão puramente simbólica de uma revolta — *eu quebro, mas não pilho*. Em terceiro lugar, o sociólogo é obrigado a constatar que essa violência se inscreve diretamente no campo do consumo, e não mais no campo do trabalho; e, com otimismo moderado, suspeita que está assistindo aos primeiros sinais, débeis e hesitantes, de constituição de um novo movimento social. Hoje, para ele, não é possível ir mais além disso.

ANGELINA PERALVA é professora livre docente da Faculdade de Educação da USP e pesquisadora da CADIS (Centre d'Analyse et d'Intervention Sociologiques) e CNRS (Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales), Paris.

Referências bibliográficas

- BALLION, Robert, (1994). L'ordre scolaire menacé: le cas des lycées. *Les Cahiers de la Sécurité Intérieure*, n. 15, 1o. trimestre.
- BRESSON, Yoland, (1994). *Le partage du temps et des revenus*. Paris: Economica.
- CORIAT, Benjamin, e ROSANVALLON, Pierre, (1993). Le chômage partagé. *Nouvel Observateur*, Collection dossiers: vaincre les douze peurs de l'an 2000, n.14.
- DUBET, François, (1994). Les mutations du système scolaire et les violences à l'école. *Les Cahiers de la Sécurité Intérieure*, n. 15, 1o. trimestre.

- GONÇALVES, Maria Sandra, (1994). Crescem contratações de temporários. *Folha de São Paulo*, Caderno Empregos, 18 set.
- GORZ, André, (1994). Sortir de la société salariale. *Transversales* 25, jan.-fev.
- GOVERNEMENTAL STATISTICAL SERVICE, (1994). Households below average income. Apud: GHERARDI, Sophie, e HERZLICH, Guy. L'échec d'un pays riche. *Le Monde*, 30 jul.
- INSTITUT DES HAUTES ETUDES DE LA SECURITÉ INTERIEURE, (1994). La violence à l'école. *Les Cahiers de la Sécurité Intérieure*, n. 15, 1o. trimestre.
- LE MONDE DE L'EDUCATION, (1994). Emploi, chômage et scolarisation des jeunes dans six pays en 1991. Enquête: jeunes les emplois de la reprise. N. 216, jun.
- LIPOVETSKY, Gilles, (1992). *Le crépuscule du devoir: l'éthique indolore des nouveaux temps démocratiques*. Paris: Gallimard.
- OFFE, Claus, (1989). Trabalho: a categoria-chave da sociologia?. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 10, jun.
- PERALVA, Angelina, (1992). Na encruzilhada. A escola francesa entre o passado e o futuro. *Cadernos de Pesquisa*, n. 82, ago.
- _____, (1994). L'expérience allemande. In: WIEVIORKA, Michel (Dir.). *Racisme et xénophobie en Europe*. Paris: La Découverte.
- POLANYI, Karl, (1983 [1944]). *La grand transformation. Aux origines politiques et économiques de notre temps*. Paris, Gallimard.
- TOURAINÉ, Alain, (1969). *La société post-industrielle*. Paris: Denoël.
- _____, et al., (1988). *Le mouvement ouvrier*. Paris: Seuil.